

Gestão Educacional e Cidadania: entrevista com Pedro Demo

Pedro Demo, eminente educador, que dispensa apresentações e exerce suas funções docentes na Universidade de Brasília (UnB), tem escrito numerosos livros que envolvem, entre outros temas, a cidadania e a qualidade da educação. No espírito do livre debate acadêmico, o autor concordou em responder às questões abaixo, que tratam, sobretudo, da gestão educacional, da cidadania e do seu inerente caráter democrático. Suas reflexões aqui estão para ser compartilhadas com os leitores deste número do *Em Aberto*.

148

1. A gestão educacional é inconcebível, hoje, como um processo de cima para baixo, conduzido por iluminados. A cidadania é o eixo para que a gestão educacional seja democrática, mas, conforme o título de um dos seus livros, o Brasil se caracteriza por uma cidadania menor. Como você vê as relações entre gestão educacional e cidadania?

P. D. – Esta visão mais democrática da gestão está fundada na concepção mesma de educação e aprendizagem – não pode ser processo de cima para baixo e de fora para dentro. Senão, seria "instrucionismo", como se diz hoje, inclusive na Biologia. Ao mesmo tempo, a gestão privada, também hoje, "capricha" nesta direção, porque descobre que o fator humano é essencial para a competitividade, no que esconde uma grande artimanha, mas denota a importância de uma "condução" empresarial mais consensual, que age pela persuasão, mais do que pelo mero comando. Na educação, esta relação é bem mais visível, porque se trata de forjar um sujeito capaz de se autogerir, que tenha no professor ou no gestor uma referência de orientação e avaliação, não de imposição. A imposição, entretanto, sempre é mais fácil na frente de alguém menos educado, porque menos sujeito. Por isso, diz-se: o sistema não teme um pobre com fome, teme um pobre que sabe pensar. No Brasil, vemos ainda dificuldades extremas para a gestão democrática, porque a população ainda se mostra como típica massa de manobra, ou, como costume dizer, envolvida em profunda "pobreza política". É mais fácil "imbecilizar" uma população como a nossa. Não digo que seja "imbecil", digo que "é imbecilizada".

2. Quais as perspectivas da cidadania no Brasil? Ela tem avançado, em face da urbanização, da escolarização e de outros fatores, ou tem andado como caranguejo?

P. D. – Temos hoje um quadro muito ambíguo. Se tomarmos em conta os dados do IBGE [Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], na *Pesquisa Mensal de Emprego para seis Regiões Metropolitanas* de 1996, teríamos a indicação clara de recuo da cidadania, por incrível que possa parecer. A comparação é feita com outra pesquisa de 1987 (para as grandes, por isso não bem comparáveis). Entretanto, se olharmos a cena brasileira, seria impossível não reconhecer alguns avanços - vitória relativa do PT [Partido dos Trabalhadores] nas últimas eleições municipais em 2000, a maior visibilidade da batalha no Congresso em torno dos senadores corruptos, a atuação emblemática do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] em todo o País, o programa contra a fome de Betinho, etc. Disto retiro a seguinte conclusão: o brasileiro é facilmente "mobilizável", mas não é um povo "mobilizado". O programa "Amigos da Escola" também mostra isto, bem como mostra a exploração que o governo, junto com a Globo, faz do voluntariado: "Amigos da Escola" deveria significar a manifestação cidadã do "controle democrático" sobre Estado e governo, para que estes cumpram suas obrigações constitucionais. O programa acaba substituindo obrigações do Estado, sem falar que instila visão privatizante. Todavia, nada se pode opor à gente que se dedica voluntariamente à causa da escola, embora não possa deixar de apontar a exploração esperta que se faz disso.

3. A educação se tem caracterizado, no Brasil, como um espelho das desigualdades sociais, não raro como um amplificador dessas desigualdades. Ou o pobre não tem acesso à escolaridade ou lhe é concedida uma escolaridade também pobre. Propõem-se até cotas para grupos étnicos e sociais no acesso aos níveis mais altos de escolaridade. Que perspectivas você vê para a superação desse desafio histórico?

P. D. – Há uma discussão acirrada de fundo contra políticas "focalizadoras". Deixa-se de lado, a meu ver, que toda política social, quanto mais se diz universalizante, menos é, porque esta perspectiva não depende da lei, mas da estrutura de desigualdade vigente. Como esta é uma das maiores do mundo, toda política social "boa" cai nas mãos dos que menos necessitam (exemplo clamoroso: universidade pública gratuita de bom nível, ocupada quase que só pelos mais ricos). Acredito que é mister "focalizar" sim, porque redistribuir renda exige que se dê prioridade flagrante aos que têm menos – se tratamos a todos de modo igual, o rico continua mais rico sempre. Temos a tradição perversa de apenas querer "distribuir", não "redistribuir" renda (é preciso empobrecer relativamente os ricos), e isto exige "focalizar" os pobres sim. O que tem manchado as políticas focalizadas é que a focalização é feita pelos próprios algozes, enquanto deveria poder ser controlada pelos interessados. Nesse sentido, não teria dúvidas que, retornando ao exemplo da universidade pública gratuita, uma quota específica amplamente majoritária deveria ser reservada para os mais pobres, cujo acesso – para não inventar pobreza como único critério de acesso – poderia se fazer por programas como o PAS [Programa de Avaliação Seriada] da UnB, feito nas escolas públicas. É um acinte que, a título de oferta igual universalizante, nas áreas nobres compareçam exclusivamente alunos mais ricos, como na Medicina, Engenharias, Odontologia, etc. É preciso fazer o rico pagar quantas vezes for necessário, para que o pobre estude de graça e da melhor forma possível.

4. A Constituição Federal estabeleceu a gestão democrática do ensino público. Como em outras partes do mundo, não raro o processo é acometido de distorções, como a do diretor de escola abandonado à própria sorte, depois da festa das eleições, ou do grupo de professores que se une para tudo resolver no colegiado escolar, deixando para os pais apenas participar de obras e limpeza. Que caminhos você percorrerá para que o cidadão, pagante de impostos, impulse a democratização da educação de qualidade?

P. D. – Primeiro, considero que a eleição de diretor não pode ser vista como uma "eleição qualquer", porque não se trata de cargo eletivo usual, mas de "direção da escola". Neste caso, entra um fator próprio, que podemos chamar de "mérito" acadêmico, com base na formação especializada. Assim, um diretor não pode apenas "ser eleito", precisa incorporar a "competência" da escola em termos de projeto pedagógico. De minha parte, proporia, antes do processo eletivo, uma "prova técnica", para avaliar a condição de competência técnica, em particular a compreensão de aprendizagem, o projeto pedagógico, a proposta, etc. Segundo, é mister tomar mais a sério a "gestão escolar", geralmente conduzida de modo amador. Toda escola deveria ter base gerencial adequada, o que daria para o diretor a função mais ampla da "política de aprendizagem" ou gestão do projeto pedagógico, retirando dele as funções do dia-a-dia gerencial, que são obviamente essenciais também. Terceiro, dever-se-ia poder esperar de professores a percepção mais clara do que seria "controle democrático" na democracia – a direção precisa ser democraticamente controlada, por todos, incluídos os pais de alunos e a comunidade circundante. Deve ser pressionado, cobrado e seguido de perto. Este é o "milagre da democracia" – conseguir um mandante que promova o controle sobre si mesmo! – e que deveria poder ser encontrado mais frequentemente na escola, por tratar-se de uma entidade "democratizante". Neste sentido, um diretor

democrático não vai explorar a comunidade para funções que são do Estado, porque sabe que o papel principal da comunidade é "cobrar", "exigir", "controlar".

5. A legislação tem criado diversos conselhos, sobretudo no nível municipal, para acompanhar políticas sociais e fiscalizar a aplicação de recursos públicos. Que possibilidades e limitações você vê nessa alternativa?

P. D. – É uma alternativa válida sempre, desde que não se perca o espírito crítico sobre os riscos óbvios da proposta. O maior deles é inventar um processo de mera "convalidação" das políticas públicas, arranjando cúmplices antecipados para os fracassos posteriores. Não se pode esquecer que a população, nem de longe, possui a condição de influência nos conselhos paritários que os "técnicos" ou "gente do governo" possuem. Não são "paritários", a não ser numericamente. É perfeitamente possível "roubar" com a ajuda de tais conselhos, bem como é bem possível dar visibilidade pertinente aos processos. É muito bom que a população participe, mas é preciso que os "participantes do Estado ou do governo" não percam de vista sua função "educativa". De modo geral, ainda prevalece a expectativa "convalidante", a mesma que funciona com os "amigos da escola".